Encarregado DPO: SENEFONTE E SILVA LTDA – CNPJ Nº 34.315.969/0001-73, representado por Fernando Martins Silva
Contato: dpo@bensaude.com.br

Políticas de Privacidade

Introdução

O Bensaúde tem a Ética como um de seus valores. Transparência, integridade, valorização do ser humano e o respeito às normas e regras da sociedade são partes integrantes de nossas ações.

Você é titular de suas informações pessoais e, desta forma, entendemos e respeitamos sua preocupação com a forma com a qual utilizamos seus dados pessoais.

A presente Política de Privacidade tem o objetivo principal de esclarecer quais são as práticas que o Bensaúde adota quanto às informações pessoais e sua privacidade. No caso de dúvidas, orientamos que nos contate por meio do formulário de Contato disponível em nosso website.

Direito dos Titulares de Dados Pessoais

A privacidade e a proteção de dados pessoais não é novidade em território nacional. O tema, no entanto, tomou maior vulto com a promulgação da Lei 13.709/2018, de 14 de agosto de 2018, conhecida como Lei Geral de Proteção de Dados – LGPD.

A LGPD dispõe em seu artigo 1º, reforçado em seu artigo 17, que seu principal objetivo é proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural.

O artigo 18 da referida Lei apresenta os Direitos do Titular de Dados, que são:

- A confirmação de existência de tratamento de seus dados;
- Acesso aos seus dados;
- A correção de dados incompletos, inexatos ou desatualizados;
- A anonimização, o bloqueio ou a eliminação de dados pessoais desnecessários, excessivos ou tratados em desconformidade com a legislação;
- Portabilidade dos dados a outro fornecedor de serviço ou produto, mediante requisição expressa, de acordo com a regulamentação da autoridade nacional, observados os segredos comercial e industrial;
- Eliminação dos dados pessoais tratados com o seu consentimento, resguardadas as exceções previstas na Lei;
- Informação de quais entidades, públicas ou privadas, com as quais um controlador de dados compartilha suas informações;
- Informação sobre a possibilidade de não fornecer consentimento e sobre as consequências da negativa;
- Possibilidade de revogação do seu consentimento, resguardada a previsão contida na Lei.

Importante destacar que os itens acima guardam compatibilidade com o texto da Lei não sendo, necessariamente, transcrição exata. A leitura da Lei 13.709/2018 é fundamental para compreensão de seus direitos.

No caso de dúvidas ou necessidade de exercer seus direitos, orientamos que nos contate por meio do formulário de contato disponível em nosso website.

A legislação também estabeleceu a Autoridade Nacional de Proteção de Dados que auxiliará os titulares de dados a exercerem seus direitos.